

QGSEE Participações Ltda.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

QGSEE Participações Ltda.

Balanços patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	120	564	-	-
Contas a receber de clientes	5	-	3.233	-	-
Tributos a recuperar	6	383	444	5	5
Outros ativos	7	70	1.943	-	-
Total do ativo circulante		573	6.184	5	5
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	8	8.757	1.052	-	40
Depósitos judiciais	11	6.005	6.216	-	-
Total		14.762	7.268	-	40
Investimentos					
Investimentos	9.a	6.988	6.689	-	13.465
Imobilizado	10	6	8	-	-
Total do ativo não circulante		21.756	13.965	-	13.505
Total do ativo		22.329	20.149	5	13.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Participações Ltda.

Balanços patrimoniais
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

		Consolidado		Controladora	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	1	-	-
Outros passivos	12	5.181	495	1.064	1.064
Total do passivo circulante		5.181	496	1.064	1.064
Passivo não circulante					
Provisão para perda em investimento	9.b	22.715	7.207	4.508	-
Total do passivo não circulante		22.715	7.207	4.508	-
Patrimônio líquido					
Capital social	13.a	37.767	40.264	37.767	40.264
Prejuízos acumulados		(43.334)	(27.818)	(43.334)	(27.818)
Total do Patrimônio líquido		(5.567)	12.446	(5.567)	12.446
Total do passivo e patrimônio líquido		22.329	20.149	5	13.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Participações Ltda.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

		Consolidado		Controladora	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	14	(246)	(75)	-	-
Depreciações	10	(2)	(2)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.a	(15.210)	-	(15.516)	(304)
Despesas tributárias	-	(14)	(401)	-	-
Outros resultados operacionais	15	133	157	-	-
Total		(15.340)	(321)	(15.516)	(304)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(15.340)	(321)	(15.516)	(304)
Receitas financeiras	16	52	32	-	-
Despesas financeiras	16	(229)	(15)	-	-
Resultado financeiro líquido		(177)	17	-	-
Prejuízo do exercício		(15.516)	(304)	(15.516)	(304)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Participações Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(15.516)	(304)	(15.516)	(304)
Resultado abrangente do exercício total	(15.516)	(304)	(15.516)	(304)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

			Prejuízos	Total
	Notas	Capital social	acumulados	Patrimônio
Saldos em 31 de dezembro de 2023		40.264	(27.514)	Líquido 12.750
Prejuízo do exercício		-	(304)	(304)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		40.264	(27.818)	12.446
Redução de capital	13.a	(2.497)	-	(2.497)
Prejuízo do exercício		-	(15.516)	(15.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		37.767	(43.334)	(5.567)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

QGSEE Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(15.516)	(304)	(15.516)	(304)
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciação e amortização	10.a	2	2	-	
Resultado equivalência patrimonial	9.a	15.210	-	15.516	304
Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidos		(45)	(24)	-	-
Baixas de imobilizado e intangível		-	-	-	-
Prejuízo líquido ajustado		(349)	(326)	-	-
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber		3.233	1.975	-	-
Tributos a recuperar		106	388	-	-
Outros ativos		2.084	(1.030)	-	-
Partes relacionadas		(7.705)	-	40	-
Fornecedores		-	(2)	-	-
Obrigações tributárias		(2)	1	-	-
Outros passivos		4.686	(569)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (consumido) atividades operacionais		2.053	438	40	-
Fluxo de Caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado e intangível		-	-	-	-
Adições de investimento		-	(495)	2.457	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		-	(495)	2.457	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Redução de capital	13.a	(2.497)	-	(2.497)	-
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades do financiamento		(2.497)	-	(2.497)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa					
		(444)	(57)	-	-
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		564	620	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		120	564	-	-
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(444)	(57)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Diretor

Pedro Ventura de Farias Junior
CRC-RJ 079.231/O

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A QGSEE Participações Ltda é uma Sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Recife, Pernambuco, Rua Guimarães Peixoto, 75, constituída em 25 de setembro de 2014. O objetivo é a participação em sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social envolva: a) a exploração da indústria de construção civil, inclusive de obras públicas; b) a importação, exportação, peças, equipamentos, bens e serviços ligados a obras de engenharia e construção civil; c) o comércio de materiais, bens e serviços de construção em geral.

1.2 – Operação da Empresa

Participação Societária

As participações societárias e suas respectivas áreas de atuação são:

Companhia	% de participação em 2024
QGSEE Comércio e Construção S.A.	100,00%

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

As demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.9 – Uso de estimativas e julgamentos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas para divulgação pela Administração em 27 de abril de 2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas incluídas na consolidação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a respectiva investida atua (Moeda Funcional). As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em reais (R\$), e estão apresentadas em milhares de reais.

2.2. Transações e saldos em moedas estrangeiras

As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente

na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.3. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações contábeis individuais, a empresa controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.4. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e em 2024 abrangem as da controladora 4 e as empresas controladas nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

(i) dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; (ii) das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (iii) dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (iv) destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido.

2.5. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

a) Normas e alterações aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

- Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças das Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (perda de conversibilidade).

As alterações acima não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

b) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2.3. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas não efetuam operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Contas a receber

Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituirá provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

As provisões serão constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicas e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperadas.

3.4. Estoques

Os estoques são compostos por peças e materiais para aplicação nas obras e são valorizados pelo método do custo médio, inferior aos custos de reposição, ou aos valores de realização.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os componentes de obras descontinuadas e materiais fora dos parâmetros de qualidade que impedem o uso seguro.

3.5. Contas correntes consorciadas

A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização.

3.6. Tributos a recuperar e obrigações tributárias

Os tributos a recuperar são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os tributos a recuperar são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação é esperada após esse período.

3.7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, ainda que haja a possibilidade de desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas.

3.8. Outros ativos

Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos.

Correspondem também às despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência.

3.9. Transações entre partes relacionadas

Os empréstimos/conta corrente entre partes relacionadas são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos/conta corrente entre partes relacionadas são classificados como ativo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do ativo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.10. Investimentos e provisão para perda em investimentos

Investimentos em controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis da empresa investida. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis da controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Controladas são aquelas que de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante), consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

3.11. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

3.12. Intangível

É representado por gastos com aquisição de softwares. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia e suas controladas esperam geração de benefícios econômicos.

3.13. Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*)

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e a suas controladas revisam os saldos dos ativos de investimento, imobilizado e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

3.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada.

A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período.

3.16. Obrigações trabalhistas

Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

3.17. Outros passivos e receitas diferidas

Representam depósitos e/ou adiantamentos efetuados por instrumento contratual. Os referidos saldos são reconhecidos como receita quando da efetiva prestação de serviços.

3.18. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento sobre suas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, juros passivos sobre os empréstimos e financiamentos.

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia determinou como prática contábil na preparação de suas demonstrações de fluxos de caixa que os juros pagos sobre empréstimos devem ser refletidos no grupo de atividades operacionais.

3.20. Uso de estimativas e julgamentos

3.20.1. Geral

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes

de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício, estão contemplados a seguir:

3.20.2. Provisões para demandas judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

3.20.3. Reconhecimento de receita

A receita operacional compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.20.4. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia optou pelo lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

4. Caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras - Renda fixa (i)	120	564
Total	120	564

(i) As aplicações financeiras estão representadas basicamente por títulos de renda fixa (operações compromissadas, CDBs, e fundos de investimentos). Estas aplicações estão mantidas em instituições financeiras no país e no exterior, através da própria Companhia e de suas controladas, e apresentaram em média rentabilidade de 96% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (94% do CDI para 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber de clientes

O saldo das contas a receber podem ser assim demonstrados:

Por atividade	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros (i)	-	3.233	-	3.233
Total circulante	-	3.233	-	3.233

(i) Refere-se basicamente por venda de ativo imobilizado.

O saldo das contas a receber vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados:

Por vencimento	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vencidos há mais de 360 dias	-	3.233	-	3.233
Total circulante	-	3.233	-	3.233

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6. Tributos a recuperar

a) Circulante

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRRF(i)	2	2
IRPJ (ii)	337	399
CSLL (ii)	3	3
PIS/Cofins retido	41	40
Total circulante	383	444

(i) Refere-se, basicamente, ao Imposto de Renda e Contribuição social retidos na fonte sobre rendimento de aplicação financeira;

(ii) Refere-se basicamente a Imposto de Renda e Contribuição saldo negativo de exercícios anteriores, que estão sendo compensados com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil;

7. Outros ativos

Consolidado

a) Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a funcionário	70	70
Adiantamento a fornecedor	-	1.873
Total circulante	70	1.943

8. Parte relacionada

a) Ativo Não circulante

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Atria Investimento	1.012	1.012	-	-
EGTC Infra	-	40	-	40
Álya Construtora	7.745			
Total a receber	8.757	1.052	-	40

9. Investimentos

O quadro adiante apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas e coligadas e empreendimento controlados em conjunto.

Controladora:

a) Investimentos	% de participação	Patrimônio Líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2024	Redução de capital	R.E.P	Provisão para perda	Saldo em 31/12/2025
QGSEE Comercio e Construção	100%	(4.508)	(15.516)	13.465	(2.497)	(15.516)	4.508	-
Total investimentos				13.465	(2.497)	(15.516)	4.508	-
b) Provisão para perda	% de participação	Patrimônio Líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2024			Provisão para perda	Saldo em 31/12/2025
QGSEE Comercio e Construção	100%	-	-	-			(4.508)	(4.508)
Total perdas investimento não consolidado		-	-	-			(4.508)	(4.508)

a) Investimentos	% de participação	Patrimônio Líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	R.E.P.	Saldo em 31/12/2024
QGSEE Comercio e Construção S.A.	100%	13.465	(304)	13.770	-	(304)	13.465
Total investimentos	-	-	-	13.770	-	(304)	13.465

Consolidado:

a) investimentos	% de participação	Patrimônio Líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2024	Aquisição	Saldo em 31/12/2025
Concessionária Move São Paulo S.A.	45,6434%	12.524	(383)	5.144	526	5.670
Cia. Siderurgia Vale do Pindaré S.A.	2,00%	65.862	(21.097)	1.545	(227)	1.318
Total investimento	-	-	-	6.689	299	6.988
b) Provisão para perda	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2024		Saldo em 31/12/2025
Rodovias Integradas do Paraná S.A.	24,0825%	(94.325)	(18.603)	(7.206)	(15.509)	(22.715)
Total para perdas em investimento não consolidado		-	-	(7.206)	(15.509)	(22.715)

a) investimentos	% de participação	Patrimônio Líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	Saldo em 31/12/2024
Concessionária Move São Paulo S.A.	45,6434%	12.806	(122)	-	5.144	5.144
Cia. Siderurgia Vale do Pindaré S.A.	2,00%	64.601	(26.211)	-	1.545	1.545
Total	-	-	-	-	6.689	6.689

b) Provisão para perda	% de participação	Patrimônio líquido	Resultado	Saldo em 31/12/2024
Rodovias Integradas do Paraná S.A.	24,0825%	(75.721)	(47.593)	(7.206)
Total para perdas em investimento não consolidado		-	-	(7.206)

10. Imobilizado e intangível

Imobilizado Consolidado

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2024 do consolidado podem ser assim demonstrados:

Consolidado	Vida útil	Saldo em 31/12/2024	Movimento em 2025		Saldo em 31/12/2025	Saldo líquido em 31/12/2025
			Adições	Baixas		
Outros imobilizados	10	64	-	-	64	-
Máquinas, aparelhos	10	100	-	-	100	6
Total do custo de aquisição		164	-	-	164	6
Depreciação acumulada em 2025						
Consolidado		Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025	
Outros imobilizados		(92)	(2)	-	(94)	
Máquinas, aparelhos		(64)	-	-	(64)	
Total depreciação acumulada		(156)	(2)	-	(158)	

Movimentação dos saldos de imobilizados para 2023 do consolidado podem ser assim demonstrados:

b) Imobilizado

Consolidado	Vida útil	Saldo em 31/12/2023	Movimento em 2024		Saldo em 31/12/2024	Saldo líquido em 31/12/2024
			Adições	Baixas		
Outros imobilizados	10	64	-	-	64	-
Máquinas, aparelhos	10	100	-	-	100	8
Total do custo de aquisição		164	-	-	164	8
Depreciação acumulada em 2024						
Consolidado		Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	
Outros imobilizados		(90)	(2)	-	(92)	
Máquinas, aparelhos		(64)	-	-	(64)	
Total depreciação acumulada		(154)	(2)	-	(156)	

11. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais

Depósitos judiciais

Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos recursos trabalhistas	6.005	6.216	6.005	6.216
Total	6.005	6.216	6.005	6.216

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais.

12. Outros passivos

Circulante	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos a pagar (i)	495	495	-	-

Credores diversos	4.686	-	1.064	1.064
Total circulante	5.181	495	1.064	1.064

(i) Refere-se a títulos a pagar a Atria Investimentos e Participações S.A., conforme instrumento de compra e venda de participações societárias, conforme nota explicativa 9.

13. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, O capital social é de R\$ 38.226.754,01, dividido em 38.226.754 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e com saldo a integralizar de R\$ 460.000..

b) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

d) Resultado por ação

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(15.516)	(304)
Quantidade de ações	37.766.753	35.692.392
Prejuízo por ação	(0,0004)	(0,008)

14. Despesas administrativas

Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2024
Despesas gerais (i)	(246)	(75)
Total	(246)	(75)

(i) As despesas gerais basicamente se referem a alugueis, utilidades e seguros dos escritórios administrativos.

15. Outros resultados operacionais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024
Receitas eventuais (i)	133	157
Total	133	157

(i) Receita de venda de sucata, alugueis, reconhecimento de precatório, e outras receitas não operacionais;

22. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	7	8
Variação monetária ativa	45	24
Total	52	32
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(229)	(15)
Total	(229)	(15)

Resultado financeiro líquido	(177)	17
------------------------------	-------	----

25. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(I) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(ii) Riscos de mercado

O Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros.

Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2024 e 2023, os empréstimos da Companhia e suas controladas às taxas variáveis são mantidos em reais.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para os clientes a Companhia e suas controladas utiliza uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

(iv) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.